



# Direito Internacional

Paulo Oliveira

Doutorando em Direito Público – FDUC

Mestre e Especialista em Direito Constitucional – FDUC

Especialista em Direito Internacional e Econômico – UEL

[poliveira.juris@gmail.com](mailto:poliveira.juris@gmail.com)

@prof.paulooliveira

# Sujeitos do Direito Internaiconal Público

Sujeitos Primários: Estados

Sujeitos Secundários: Organizações Internacionais

Homem: A pessoa humana

# Estados

*“Ordem política sob a qual vive o homem moderno. Ele caracteriza-se por ser a resultante de um povo vivendo sobre um território delimitado e governado por leis que se fundam num poder não sobrepujado por nenhum outro externamente e supremo internamente”*  
- Celso Bastos.

Convenção de Montevideo 1933 – Artigo 1.

I. População permanente.

II. Território determinado.

III. Governo.

IV. Capacidade de entrar em relações com os demais Estados.

# Estados

## Classificação

- Simples - Unitário
- Compostos

Coordenação (Federação – Confederação – União de Estados)

Subordinação (Castelo – Protetorado – Exíguos – Clientes – Satélites - Commonwealth)

# Estados

## Reconhecimento “declaratória”

*Art. 3 “A existência política do Estado é indepedente do seu reconhecimento pelos demais Estados. Ainda antes de reconhecido, tem o Estado o direito de defender sua integridade e independência, prover a sua conservação e prosperidade, e consequentemente, organizar-se como achar conveniente, legislar sôbre seus interesses, administrar seus serviços e determinar a jurisdição e competência dos seus tribunais”.*

- Tacito/Expresso
- Unilateral/Multilateral

# Organizações Internacionais

*“Associação de sujeitos de direito internacional constituída com caráter de permanência por um adequado ato jurídico internacional, com vista à realaização de objetivos comuns aos seus membros, prosseguidos através de órgãos próprios habilitados a exprimir, na conformidade das regras pertinentes do pacto constitutivo, a vontade própria juridicamente distinta da dos seus membros” da especial pessoa jurídica que a OI é”.*

*João Mota Campos*

# Organizações Internacionais

## Classificação

Específicas/Gerais

Regionais/Universais

Imunidades e Privilégios (imunidade de jurisdição; isenções fiscais, livre comunicação, inviolabilidade do local e de arquivos e garantia de não confiscos ou expropriação de bens das OI's)



# Homem – A pessoa Humana

*“ninguem será arbitrariamente privado de sua nacionalidade, nem de mudar de nacionalidade”*. DUDH – XV.

- Internacionalização dos Direitos Humanos
- Humanização do Direito Internacional

*“vinculo jurídico político que liga um indivíduo a um certo e determinado Estado, fazendo dele um componente do povo, da dimensão pessoal deste Estado”*

Critérios (Soli – Sanguinis – Misto)

## Art. 12. São brasileiros:

### I - natos:

- a) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país;
- b) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil;
- c) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira;

### II - naturalizados:

- a) os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral;
- b) os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira

## Perda da Nacionalidade

§ 4º - Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que:

I - tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional;

II - adquirir outra nacionalidade, salvo nos casos:

a) de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira; b) de imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis;

## Reaquisição da Nacionalidade

STF - Ext: 441 EU , Relator: NÉRI DA SILVEIRA, Data de Julgamento: 18/06/1986

# Agentes Diplomáticos e Consulares

*“As missões diplomáticas destinam-se a manter as relações amistosas entre o Estado representado e o Estado em que se acha sediado, no intuito de defender os interesses de seu próprio Estado, bem como de seus nacionais”*

Convenção de Viena sobre as Relações Diplomáticas, 1961.

Convenção de Viena sobre as Relações Consulares, 1963.

# Atividade de Diplomacia

*“Atividade dos Estados destinada a realizar a política exterior dos mesmos e que se encontra concentrada nas atribuições dos Poderes Executivos dos Estados” – Guido Soares*

*Direto de Legação (ativa / passiva) - agreement*

*Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:*

*VII - manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos;*

*Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:*

*IV - aprovar previamente, por voto secreto, após argüição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente;*

# Atividade de Diplomacia

## Prerrogativas:

*Inviolabilidade Diplomática (segurança para o desempenho da atividade diplomática)*

*Imunidade de Jurisdição (extendida aos familiares, possibilidade de restrições)*

*Isenção de Impostos (cortesia e reciprocidade internaiconal)*

# Atividade Consular

*“Os consulados são repartições públicas estabelecidas pelos Estados em portos ou cidades de outros Estados, com a missão de velar pelos seus interesses comerciais, prestar assistência e proteção a seus nacionais, legalizar documentos, exercer a polícia da navegação e fornecer informações de natureza econômica e comercial sobre o país ou o distrito a que se acham instalados” – Sidney Guerra*

Convenção de Viena sobre as Relações Consulares, 1963, Artigo 5.

# Atividade Consular

*Exequatur (autorização do Estado receptor para exercer suas funções.*

## Prerrogativas:

*Inviolabilidade pessoal, inviolabilidade de residência oficial. Inviolabilidade de arquivo; imunidade de jurisdição (mais restrita); isenção de impostos diretos e os que incidem sobre os bens pessoais.*



# Missões Especiais

*“Os Estados utilizam frequentemente a diplomacia ad hoc ou missões especiais, com as mais variadas funções. Estas missões ocasionais não possuem um estatuto especial no Direito Consuetudinário. Beneficia-se dos princípios ordinários baseados na imunidade soberana e nas condições expressas ou implícitas do convite ou autorização que o Estado acreditante recebeu”.*

Exemplos: Enterros, posses, etc.